

Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade

Ana Célia da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM., orgs. *Memória e formação de professores* [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. 310 p. ISBN 978-85-232-0484-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.



Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade

Ana Célia da Silva

Esse artigo foi elaborado a partir do projeto de pesquisa, em processo, intitulado *A diferença como prestígio: a representação social do branco no livro didático*. Com essa pesquisa pretendo contribuir para a distinção entre os conceitos de branqueamento e branquitude, este último recente nos estudos brasileiros e que tem como precursoras as pesquisadoras da Psicologia Social da Universidade do Estado de São Paulo (USP), Iray Carone, Edith Piza e Maria Aparecida Silva Bento, bem como para a melhoria das relações étnico-raciais, na escola e na sociedade como um todo.



O interesse pelo objeto de investigação foi despertado inicialmente a partir de atitudes percebidas nas relações cotidianas na minha atividade profissional, de algumas pessoas de fenótipo branco ou assemelhado. Essas atitudes revelavam dificuldade em manter relações não hierárquicas, tendências a identificar o “outro” como ocupando espaços que não lhes são próprios, a tratá-lo como objeto de brincadeiras e elogiar a inteligência desse “outro” quando toma conhecimento da sua produção acadêmica. Porém o que mais me instigou foi um diálogo com uma criança de quatro anos, filho de um casal amigo, ele branco e ela parda. A criança tem a pele clara, cabelos lisos e traços fisionômicos indígena. Sempre que eu procurava abraçá-la ela dizia que não gostava de mim e me afastava. Um dia ela me disse muito zangada quando eu a abracei: – *vou pintar você de preto*.

Respondi: – *não precisa você não vê que eu sou preta?* Ela retrucou: – *você não é bem preta, você é preta clara.* Eu disse: – *e sua mãe? ela é preta?* Ela deu um grito e disse: – *minha mãe não é preta, é marrom e eu sou branco.* A criança de pele clara quis me castigar me pintando de preto e distinguiu-se se valorizando por ser branca.

Que fatores podem contribuir para uma criança de quatro anos já ter condições de hierarquizar as diferentes cores da pele, atribuindo um valor ao fato de ser branco?

Porque é tão importante ser ou parecer branco?

Qual o grau de prestígio econômico ou simbólico que esse grupo detém, para que muitos procurem assemelhar-se a ele?

A escola, o currículo e especificamente os livros didáticos, contribuem para a construção desse sentimento de superioridade por ter a pele clara e cabelos lisos, ser denominado e denominar-se branco?

Investigo a existência de representações sociais dos personagens brancos no livro didático de Língua Portuguesa das séries iniciais modelados no sentido de construir valoração positiva das diferenças fenotípicas e culturais desse grupo humano.

Tenho como hipótese a ser investigada, que os livros didáticos, através dos seus textos e ilustrações, contribuem em grande parte, para a construção de um sentimento de superioridade da população branca ou assemelhada, pelo valor que é atribuído às suas diferenças fenotípicas e culturais, O processo da investigação pretende responder as seguintes questões centrais:

O livro didático de Língua Portuguesa de Ensino Fundamental de 1º e 2º ciclo contribui para a atribuição de valor às diferenças fenotípicas e étnico/raciais do grupo humano branco?

A atribuição de valor às diferenças fenotípicas e étnico/raciais do grupo humano branco contribui para a formação de atitudes etnocêntricas e hierárquicas desse grupo étnico/racial em relação a outros grupos étnicos/raciais?

As palavras chaves da investigação são: representação social, hegemonia, branqueamento, branquitude.

Nos caminhos a serem percorridos para coleta, análise e interpretação dos dados utilizei a abordagem qualitativa e utilizei o procedimento de análise de conteúdo, para caracterizar as mensagens expressas nos textos e ilustrações analisadas bem como “a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (GOMES, 2004 *apud* MINAYO, 2004, p. 74).

Os livros objetos da investigação, em número de cinco, foram selecionados da última pesquisa realizada para obtenção do título de doutor, uma vez que os mesmos foram os que tiveram uma representação positiva dos personagens negros entre os dezesseis livros pesquisados. Os dados obtidos serão analisados qualitativa e quantitativamente em suas ilustrações e texto, agrupados e categorizados. Subcategorias poderão ser construídas para maior explicitação da análise.

Alguns conceitos fundantes para uma reflexão sobre a problemática em questão.

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Os estudos de representação social não são antigos. Tiveram início quando Moscovici criou o termo, escrevendo a sua obra *La Psychanalyse, son image e son public* em 1961, publicada no Brasil com o título *A representação social da psicanálise, 1878*, traduzida da segunda edição francesa, e em 1976, pela presses Universitaires\France, de Paris, na série *Bibliothèque Psychanalyse*.

A existência de estudos sobre representações sociais é marcada por obras que confirmam a existência desse campo de investigação, tais como Moscovici (1978), Jodelet (1984, 1989), Ibanéz (1988), Doise (1990, 1993), Vala (1993), Sá, (1996), Abric (1994), Wagner e Elezabarrieta (1994).

No Brasil existe um movimento acadêmico voltado para os estudos das representações sociais, que vem se desenvolvendo no sentido de uma familiarização com o seu conceito, análise, crítica e produção científica. Algumas iniciativas desse movimento são as formações de um grupo de trabalho sobre o assunto nos III, IV e V Simpósios de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), realizados em 1991, 1992 e 1994 respectivamente (SÁ, 1996). Outra iniciativa constituiu-se na participação de autores

brasileiros em sessões específicas realizadas em outros eventos científicos, tais como a I Internacional Conference on Social Representation, em Ravello, na Itália, em 1992; o Congresso Interamericano de Psicologia realizado em Santiago do Chile em 1993; os V, VI e VII Encontros Nacionais de Psicologia Social da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em 1989, 1991 e 1993, respectivamente; o XXIII International Congress of Applied Psychology, realizado em Madrid, Espanha, em 1994; o Encontro de Representação Social do Rio de Janeiro, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) em 1994; a 2ª Conferência Internacional sobre Representação Social na UERJ, promovida pelo Mestrado em Psicologia, Instituto de Psicologia e École des Hautes Études em Sociales e a Social Representations Communication Network, que contou com a presença de 46 pesquisadores brasileiros dos diversos estados, dentre os 115 participantes que apresentaram trabalhos (SÁ, 1996 *apud* SILVA, 2001, p. 24-25).

Moscovici diz que apesar das representações sociais constituírem-se em entidades quase tangíveis, que se cruzam e se cristalizam através da fala, do gesto, do nosso universo cotidiano, existe uma dificuldade de apreensão do seu conceito devido a sua posição “mista” na encruzilhada de uma série de conceitos sociológicos e psicológicos, referindo-se, talvez, às divergências de tratamento do seu objeto nos Estados Unidos e na Europa. No entanto, ele enuncia na sua obra diversos conceitos quando define suas características e funções; quando diz, por exemplo, que nos aproximamos da noção de representação, “quando precisamos sua natureza de processo psíquico capaz de tornar familiar, situar e tornar presente em nosso universo interior o que se encontra a uma certa distância de nós, o que está de certo modo ausente” (MOSCOVICI, 1978, p. 62-63). Diferenciando representação social de imagem, mito e ideologia, ele caracteriza as representações através das seguintes definições:

Por representações sociais entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais, podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI, 1981 *apud* SÁ, 1996, p. 181).

A representação social é uma preparação para a ação, ela não é somente na medida em que guia o comportamento, mas, sobretudo na medida em

que remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento teve lugar (MOSCOVICI, 1978, p. 49).

São também importantes iniciativas a publicação de duas obras brasileiras coletivas sobre representações sociais: *O Conhecimento do cotidiano* – as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social, de Bock e Spink (1993) e *Textos em Representações Sociais*, de Guareschi e Jovchelavitch (1994).

Outra importante iniciativa foi a estada no Brasil de pesquisadores visitantes, a convite do Mestrado em Psicologia da UERJ, dos professores europeus Denise Jodelet, da École de Hautes Études em Sociales: Wolfgang Wagner, da Universitat Linz da Áustria; Jorge Vala, da Universidade de Lisboa, Portugal; Jean-Claude Abric, da Université de Provence, França, e Roberte Farr da London School of Economics and Political Science, da Grã-Bretanha, a convite do Mestrado de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul (SÁ, 1996).

Outro evento histórico nas representações sociais no Brasil foi a Jornada Internacional sobre Representações Sociais: teoria e campo de aplicação, realizada em novembro de 1998 em Natal, RN, na qual estive presente, organizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), École de Hautes Études Em Sciences Sociales e Fondation Maison Dês Sciences de L'Homme, com a presença de vários dos pesquisadores mencionados, entre eles Moscovici, Jodelet e Farr. Este evento constituiu-se, na minha avaliação, na culminância dos estudos teóricos e empíricos realizados no Brasil, com a parceria dos pesquisadores precursores desse campo de investigação. A presença de pesquisadores conceituados, junto aos que iniciam investigações nesse campo do conhecimento foi muito significativa, porque deu importantes referenciais para os caminhos que trilhamos na busca de repostas para as nossas questões de investigação.

Moscovici (1978) instituiu como a questão central da sua investigação a forma em “que se converte uma disciplina científica e técnica quando passa do domínio dos especialistas para o domínio comum, como o grande público a representa e modela e porque vias se constitui a imagem que dela se faz” (LAGACHE, 1976 *apud* MOSCOVICI, 1978, p. 7). A análise de um conceito teórico e abstrato da representação social foi substituída, na

sua investigação, pela análise de um objeto concreto, a psicanálise, pesquisando a forma como o povo francês a representava.

Durkheim (1978), precursor desses estudos, foi o primeiro a propor a expressão “representação coletiva”, localizando o pensar social sobre o individual. Moscovici acrescentou o entendimento de que a representação coletiva não é a soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade e criticou Durkheim por não abordar nem explicar a pluralidade de modos de organização do pensamento social.

A representação social é importante, uma vez que o grande volume de teorias e fenômenos transmitidos na sociedade não poderia ser corroborado na experiência individual. Os significados transmitidos através do conhecimento e realidades diretas são limitados em relação aos conhecimentos e realidades transmitidos através da educação, meios de comunicação e instituições (MOSCOVICI, 1978). Contudo, a representação de uma realidade ou objeto não corresponde à percepção real dessa realidade ou objeto, uma vez que esta tem o papel ativo de modelar o que apreende do exterior e reproduz essa realidade ou objeto, reconstruindo-o. Segundo Moscovici (1978, p. 63), “as representações se constituem para tornar o estranho, o ausente em nós, que nos impressiona, familiar”. Essa percepção que causa estranheza é acomodada pela modelagem, através do repertório de experiência de sua realidade interior. O objetivo ou ser ausente em nós, ao penetrar no nosso universo, relaciona-se e articula-se com outros objetos que aí encontram, permutando entre si as propriedades daquele e deste, tornando-o próximo e familiar, transformado e transformando os objetos já encontrados, deixando de existir como um objeto, para converter-se no seu equivalente.

Na vida social há situações em que “cada pessoa é uma representação de uma pessoa” (MOSCOVICI, 1978, p. 64), como os filhos dos ricos, dos artistas, etc. e as reações dos indivíduos não são a essas pessoas, mas ao nome e posições que ocupam. Quando se trata de um indivíduo ou grupo estranho, eles não são julgados por si próprios, mas pela etnia, raça, classe ou nação a que pertencem como os judeus, os ciganos, os negros, os pobres, entre outros. Para Moscovici (1978 p. 64) “o racismo é o caso extremo em que cada pessoa é julgada, percebida, vivida, como representante de uma seqüência de outras pessoas ou de uma coletividade”.

A representação social é diferente da imagem, esta vista como um reflexo na consciência individual ou coletiva, de um objeto ou feixe de idéias que

lhes são exteriores, uma fotografia captada e alojada no cérebro, enquanto a representação social é ativa, porque modela e reconstrói o dado do exterior (MOSCOVICI, 1978). Se representação fosse apenas uma imagem, fixaria na consciência individual ou coletiva a imagem da diversidade de papéis e funções do negro na sociedade, a riqueza da sua cultura e religiosidade, entre outras imagens do cotidiano do povo negro, que os objetos recalcoadores internalizados na nossa consciência invisibilizam ou modelam negativamente.

A representação social se constitui pelo processo da percepção e internalização de estímulos distantes. No interior do organismo ocorre o processo de construção da percepção ou tomada de consciência do objeto ou da realidade percebida. Para que haja a percepção é necessária a presença do objeto; porém, para a sua conceptualização, a sua presença não é necessária, porque um ser representado à consciência é atualizado, modelado, apesar da sua ausência ou até de uma eventual existência. Dessa forma, a representação de algo pode não ser do objeto inicialmente percebido, mas do objeto construído a partir dos elementos que a ele acrescentamos, no processo de modelagem e reconstrução. Por isso Moscovici considera que as representações sociais constituem-se no senso comum dos indivíduos, elaborado a partir de imagens, crenças, mitos e ideologias. Para ele a representação social é uma preparação para a ação, “ela não é somente na medida em que guia o comportamento, mas sobretudo na medida em que remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento teve lugar” (MOSCOVICI, 1978, p. 49).

Por tudo isso é fundamental em representação social, segundo Moscovici, saber “por que” se produzem as representações sociais, uma vez que a sua função “é contribuir exclusivamente para os processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais”.

Nesse sentido, transformar as representações sociais significa transformar os processos de formação de conduta em relação ao outro representado, bem como as relações com esse outro, porque na medida em que essas representações não apresentarem objetos de recalque, inferiorização ou supervalorização desse outro, a percepção inicial e o conceito resultante dessa percepção, em nossa consciência, terá grande aproximação com o real.

Muitos pesquisadores identificaram o branco como representante da humanidade e da cidadania (HASENBALG, 1979; NEGRÃO, 1986;

ROSEMBERG, 1980; SILVA, 1995), entre outros. Esse grupo para manter a hegemonia política e econômica construiu ideologias e representações sociais etnocêntricas e hierárquicas, utilizando os aparelhos ideológicos de estado para reproduzi-las. A saturação dessas ideologias e representações converteu-as em hegemônicas e em consequência as mesmas foram internalizadas, em grande parte, pelos mesmos e por outros grupos subordinados na sociedade e representados de forma recalcada no livro didático, na mídia, entre outros.

A HEGEMONIA

A presença do grupo branco enquanto representante da humanidade e da cidadania na nossa sociedade pode ser explicada, em grande parte, pela representação saturada e hegemônica desse grupo nos aparelhos ideológicos do Estado. Ideológica, não concreta, essa representação constitui-se em realidade para a maioria dos sujeitos expostos a essa representação saturada, ou seja, o próprio grupo branco e os demais.

A hegemonia ou supremacia de um grupo social, de uma ideologia, de uma cultura pode ser teoricamente conceituada na tentativa de explicá-la, construindo-se com essas tentativas novos significados, uma vez que a teoria é uma representação, uma imagem um reflexo, um signo de uma realidade que cronologicamente, ontologicamente a precede. A teoria está implicada na produção da realidade. O objeto que supostamente descreve é um produto da sua criação (SILVA, 2000).

Apple (1982) apresenta conceitos de hegemonia de Gramsci e Williams que considero elucidativos do termo. Para Gramsci,

a hegemonia pressupõe a existência de alguma coisa que é verdadeiramente total, que não é apenas secundária, ou superestrutural, como o fraco sentido de ideologia, mas sim que é vivenciada tão profundamente, que satura a tal ponto a sociedade e que, conforme propõe Gramsci, constitui mesmo o limite do senso comum para a maioria das pessoas que se acham sob o seu domínio, que acaba por corresponder à realidade da experiência social de modo muito mais nítido do que quaisquer outras noções derivadas da fórmula de base e superestrutura (APPLE, 1982, p. 14).

Williams por sua vez define hegemonia como

Todo um corpo de práticas e expectativas: nossas tarefas, nossa compreensão comum do homem e de seu mundo. É um conjunto de significados e valores que, á medida que são experienciados como práticas, apresentam-se como se confirmando reciprocamente. Constitui portanto, um sentido de realidade para a maioria das pessoas da sociedade, um sentido do absoluto, porque experienciados como uma realidade fora da qual é muito difícil para a maioria dos membros de uma sociedade instalar-se em grande parte das áreas de suas vidas (APPLE, 1982, p.15).

Identificar e interpretar teoricamente os processos de saturação que tornam hegemônicas ideologias que promovem a supervalorização de um grupo e o recalque dos demais pode constituir-se em propostas de investigação, com efeitos positivos na educação das relações étnico-raciais.

O BRANQUEAMENTO

Uma das ideologias identificadas por diversos pesquisadores da questão racial na nossa sociedade é a ideologia do branqueamento. Ela parece ter sido construída por ideólogos transvertidos de cientistas, devido a presença de uma maioria populacional negro/mestiça no país e de um possível conflito a ser gerado a partir da exigência desse grupo dos seus direitos de cidadania e de respeito às suas diferenças étnico/culturais. Aceitar as diferenças pressupõe atribuir-lhes igualdade de direitos e oportunidades. O respeito às diferenças implica numa reciprocidade na igualdade de relações. Como não é possível estabelecer relações recíprocas de direitos e respeito em um sistema baseado na exploração do outro, desenvolve-se ideologias de dominação, objetivando a desconstrução da identidade étnico/racial/cultural, da auto-estima e do reconhecimento dos valores e potencialidades do oprimido.

A ideologia do branqueamento foi defendida por homens como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Euclides da Cunha, entre outros. Todos eles eram contrários á escravidão, mas imbuídos do racismo e da inferioridade inata dos negros. Na obra o Abolicionismo Joaquim Nabuco dá uma explicação para o que se pretendia ao abolir a escravidão: “absorver o sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio que certamente embranqueceria o nosso povo” (CHIAVENATO, 1986 *apud* SILVA, 1995, p 26).

Euclides da Cunha que denunciou o genocídio da população do arraial de Canudos em *Os Sertões*, apesar de defender o negro e o mestiço os via como desiguais. Em sua obra clássica diz o seguinte:

Intentamos esboçar palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexo de fatores múltiplos e diversamente combinados aliada às vicissitudes históricas e deploráveis situação mental em que jazem, os tornam talvez efêmeros, destinados ao próximo desaparecimento antes as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra (CUNHA, 1979 *apud* SILVA, 1995, p. 7).

Afrânio Peixoto, representante da intelectualidade, também expressou o desejo de eliminar o componente negro da nação brasileira. Ele explicita sem dissimulações o ideal do branqueamento, quando diz: “Trezentos anos talvez, levaremos para mudar de alma e alvejar a pele, e se não brancos, ao menos disfarçados, perderemos o caráter mestiço”

Em 1870 chegou ao Brasil o conde de Gobineau, amigo de D. Pedro II e contrário à miscigenação, uma vez que via o miscigenado como um produto degenerado. Como solução para uma degeneração genética, que ele previa se efetivaria no Brasil em menos de 200 anos devido á mistura de raças, pregava a “purificação” com o sangue europeu. Gobineau escreveu que, excluindo D. Pedro II “todo mundo é feio aqui, mas incrivelmente feios: como macacos” (CHIAVENATO, 1986 *apud* SILVA, 1995, p. 171).

Atribui-se apenas às elites dominantes ganhos com a ideologia do branqueamento aqui implantada. Porém, alguns autores atribuem conquistas para os negros de pele clara, como forma de compensação e justificação para a ideologia. Caste diz a esse respeito que

diferenças mínimas no tom da pele tornaram-se dados sociais significativos. Criou-se assim uma situação em que os favores são distribuídos entre os mestiços na base do seu grau aparente de mistura. Em outras palavras, uma recompensa é atribuída aos graus de branqueamento entre as pessoas de cor (CASTE, 1970 *apud* HASENBALG, 1979, p. 235).

Porém esses ganhos não podem ser considerados uma vez que o fracionamento da identidade, a auto-rejeição, a rejeição ao seu povo, a negação do racismo aqui existente e a ausência de participação na luta

pela sua destruição, significam um prejuízo efetivo para a luta por direitos de cidadania e respeito às diferenças.

É importante observar que os brancos pertencentes às classes não detentoras do poder também recebem benefícios com a exclusão do negro na demanda pelo mercado de trabalho, bem como benefícios simbólicos de prestígio e oportunidades na distribuição de bens econômicos e por isso negam que aqui existe o racismo, ao tempo em que expandem as práticas discriminatórias na sociedade.

O desejo de contrapor ao Brasil real pluriétnico e pluricultural um Brasil ideal hegemonicamente branco pode ser observado nas leis de imigração brasileira, que impediam legalmente o ingresso de negros e asiáticos no país. O Decreto de 8 de junho de 1890 dizia que

É inteiramente livre a entrada nos portos da República dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos (NASCIMENTO, 1978, p. 71).

O Decreto-lei nº 7.967, de Getúlio Vargas, de 18 de setembro de 1945, regulava a entrada de imigrantes “de acordo com a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população as características mais convenientes da sua ascendência européia” (NASCIMENTO, 1978, p. 71).

A ideologia do branqueamento além de causar a inferiorização e a auto-rejeição, a não aceitação do outro assemelhado étnico e a busca do branqueamento, internaliza nas pessoas de pele clara uma imagem negativa do negro, que as leva a dele se afastarem, ao tempo em que vêm, na maioria das vezes, com indiferença e insensibilidade a sua situação de penúria e o seu extermínio físico e cultural, atribuindo a ele próprio as causas dessa situação.

A BRANQUITUDE E OS PACTOS NARCÍSICOS NO BRASIL

Iray Carone, professora e pesquisadora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) iniciou em 1992 um estudo sobre os efeitos psicológicos do legado do branqueamento sobre o processo de construção da identidade negra. Essa pesquisa concluída em 1996 intitulou-se *A força*

psicológica do legado social do branqueamento – um estudo sobre a negritude em São Paulo (BENTO, 2002).

Outros estudos realizados por Iray Carone (2002), Edith Piza (2002), Maria Aparecida Silva Bento (2002) e Lúcio Otávio Alves Oliveira (2007), entre outros, vêm instituindo na área da Psicologia Social a análise do papel desempenhado pelos brancos na ideologia da branquitude, seus pactos, seus medos, seus silêncios e principalmente, os privilégios conquistados com o recalque e exclusão produzidos na população negra por essa ideologia.

Os estudos sobre branquitude marcam uma nova direção nos estudos étnico-raciais, uma vez que objetivam “abordar as dimensões do que podemos nomear como branquitude, ou seja, traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das idéias sobre branqueamento” (BENTO, 2002, p. 25).

O branco pouco aparece no processo de branqueamento. Aparece apenas como o representante da humanidade e modelo universal a ser imitado. O branqueamento é considerado como “racismo do negro”. “É o próprio negro que faz o racismo” diz o senso comum, que por ser transclassista faz aparecer essa expressão na periferia e na academia. A procura de identificação com o branco, a negação dos seus caracteres fenotípicos, as tentativas de clarear a pele e ter cabelos lisos a custo da química, do ferro quente, das chapinhas modernas, do alisamento “definitivo”, a adoção da sua cultura e do seu comportamento, a rejeição à sua cultura e aos seus assemelhados étnico/raciais não são identificadas como produto da branquitude construída pela elite branca brasileira.

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social (BENTO, 2002, p. 25).

Segundo Bento há um silêncio sobre o lugar que o branco ocupa nas relações sociais brasileiras. O seu papel nas desigualdades sociais não é refletido, nem problematizado. O foco de discussão é o negro, o problema é exclusivamente dele.

Bento identifica “um pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das

desigualdades raciais no Brasil” (2002, p. 26). Os mesmos atribuem à escravidão a situação atual do povo negro no Brasil.

Assumir a sua ação nas desigualdades impostas pela discriminação racial não é culpabilizar o seguimento branco pelo passado e presente, mas desenvolver o senso de responsabilidade que o mesmo tem para com a situação do grupo negro, para que participe na promoção de ações responsáveis e políticas de ação afirmativa, para que os direitos e oportunidades prevaleçam independentes das diferenças étnico/raciais, entre outras. Diferenças essas que não devem instituir-se de formas hierárquicas e submetidas a recalques na sociedade.

Algumas considerações sobre as etapas concluídas da investigação

A pesquisa corrobora o pressuposto inicial de que o livro didático de Língua Portuguesa de séries iniciais descreve e representa o elemento branco de uma forma hegemônica, idealizada positivamente, contribuindo, em grande parte, para a construção de uma auto estima e identidade étnico racial de representante da humanidade e da cidadania.

Os personagens brancos foram ilustrados e descritos como maioria, com constelação familiar, exercendo os papéis e funções de prestígio na sociedade, com papéis e funções da realeza, como seres divinizados e sem estereótipos. Nos textos receberam nomes próprios, foram adjetivados positivamente, praticaram ações positivas e receberam elogios.

Foram ilustrados apenas uma vez exercendo papel não reconhecido socialmente (ladrão) e duas vezes exercendo função sem prestígio social (trabalhadores braçal).

As categorias de análise pressupõem um maior aprofundamento teórico que permita uma interpretação concreta em sua totalidade. A segunda etapa da pesquisa em processo, constará da análise das categorias à luz da teoria, no sentido de corroborar o papel desempenhado pelas representações do branco nos textos e ilustrações do livro de Língua Portuguesa das séries iniciais, para a construção de um sentimento de superioridade e da branquitude da população branca, bem como apresentando proposta de reflexão para a desconstrução da hierarquia das diferenças étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michel. *Ideologia e currículo*. Tradução de Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOCK, Ana Mercedes Bahia; SPINK, Mary Jane Paris. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CARONE, Iray. A distância subjetiva entre as classes, de acordo com Aléxis de Tocqueville. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.) *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Tradução de Patrick Burlin. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social – teoria, método e criatividade*. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação Social da Psicanálise*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NEGRÃO, Esmeralda. V. *Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos e infanto-juvenis*. Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- OLIVEIRA, Lucio Otávio Alves. *Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de braquitude entre indivíduos brancos*. 2007. 147f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- PIZA, Edith. *O caminho das águas: personagens femininas negras escritas por mulheres brancas*. São Paulo: Edusp/Com-Art/Fapesp, 1998.
- ROSEMBERG, Fúlvia. *Análise dos modelos culturais na literatura infanto-juvenil brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1980.
- SÁ, Celso Pereira de. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SILVA, Ana Célia da. *O estereótipo e o preconceito em relação ao negro no livro de Comunicação e Expressão de 1º grau, nível I, Salvador*. 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia.

SILVA, Ana Célia da. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Edufba/Ceao, 1995.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Edufba, 2001.

SILVA, Ana Célia da. *As transformações da representação social do negro no livro didática e seus determinantes*. 2001. 181f. Tese (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.